



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**PREGÃO nº 32/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC nos imóveis onde funcionam unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e de serviços de telecomunicação para Serviço de Discagem Direta Grátis DDG 0800, com ligações ilimitadas de origem local e longa distância, de fixos e celulares de quaisquer operadoras, dentro do território nacional, nos termos deste Edital e seus anexos.

**IMPUGNANTE: OI MÓVEL S.A.**

**1. RELATÓRIO**

**OI MÓVEL S.A., em Recuperação Judicial**, CNPJ 05.423.963/0001-11, apresentou **IMPUGNAÇÃO** ao Edital em epígrafe, reque-  
rendo a revisão de cláusulas diversas do instrumento convocatório, sobretudo  
no que tange ao impedimento à participação de empresas suspensas de licitar  
com a Administração Pública em geral, a comprovação da capacidade econô-  
mico-financeira, ao pagamento via nota fiscal com código de barras, à apresen-  
tação de certidões mensalmente, às penalidades supostamente excessivas, à  
base de cálculo das multas em caso de inexecução parcial do contrato e aos  
itens técnicos apontados.

A Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, a Secretaria  
de Liquidação e Pagamento de Despesas e a Secretaria de Gestão Predial,  
unidade técnica/demandante da presente licitação, manifestaram-se acerca  
das alegações da impugnante.

É o relatório.

**2. ADMISSIBILIDADE**

**2.1 – Tempestividade**

O art. 24 do Decreto 10.024/2019, regente da presente licita-  
ção, dispõe que “*Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pre-  
gão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **três dias úteis** anteri-  
ores à data fixada para abertura da sessão pública*”.

No presente caso, a abertura das propostas foi designada para  
o dia 17/12/2021, às 13h00, e a impugnação foi apresentada por correspondên-  
cia eletrônica enviada em 13/12/21, às 12:56, sendo, portanto, tempestiva.

**3. MÉRITO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**3.1 Do impedimento à participação de empresas suspensas de licitar com a Administração Pública em geral.**

A impugnante discorda da disposição editalícia 3.4.3, que veda a participação de interessados impedidos de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

Frisa que as sanções aplicadas com base no art. 87, III da Lei 8.666/1993 têm abrangência apenas no órgão sancionador, colacionando jurisprudência da Corte de Contas em seu auxílio, e requer seja alterado o edital, para que seja vedada a participação apenas das empresas suspensas de licitar e impedidas de contratar com o TRT/MG, e não com a Administração Pública em geral.

Sem razão.

A argumentação tecida na peça de impugnação apenas sinaliza o que já é cediço, de longa data, em matéria de licitações e indene de discussão: que a sanção aplicada com base no art. 87, inciso III da Lei 8.666/1993 abrange o órgão sancionador, não alcançando os demais órgãos da Administração Pública do mesmo ente federativo, nem mesmo órgãos de outros entes federativos.

As razões do recurso, portanto, não explicitam a necessidade de reparação do item 3.4.3 do edital que, clareia-se, trata de impedimento de licitar e contratar com a União (já que o TRT/MG é um órgão federal), com base no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, que institui o Pregão como modalidade de licitação.

Insta frisar que o art. 7º da Lei 10.520/2002, estipula que:

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a União**, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Os grifos não estão no original.

Esclarece-se, por oportuno, que empresas sancionadas com base no art. 7º da Lei 10.520/2002 por órgãos públicos que integram a Administração Pública Estadual ou Municipal poderão participar deste certame. A disposição editalícia veda a participação apenas das empresas sancionadas com base neste artigo 7º, por órgãos da Administração Pública Federal, enquanto durarem seus efeitos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

Deste modo, não há que se falar na alteração do edital.

**3.2 Da comprovação da capacidade econômico-financeira.**

Alega a impugnante que o item 7.8.7 do Edital “estabelece que as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação” e que tal disposição não permite a alternatividade na comprovação da capacidade econômico-financeira, sendo demasiadamente formalista, rigorosa e contrária aos ditames de celeridade, razoabilidade.

Requer, ao final, a adequação do item em comento do Edital, “de forma que possibilite que a comprovação da qualificação econômico-financeira seja feita pelo Índice de Solvência Geral (SG) ou, **ALTERNATIVAMENTE**, por meio de comprovação de **capital mínimo** ou patrimônio líquido mínimo não superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 31, § 2º, da Lei 8666/93 e ao item 7.2 da IN/MARE n.º 5/1995.

Pois bem. Estabelece o edital do Pregão 32/21 que:

7.8.7. Caso a empresa arrematante apresente resultado **igual ou inferior a 1 (um) nos índices** de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, **poderá, como alternativa, comprovar**, quando da habilitação, tendo em vista os riscos para a Administração, **Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da eventual contratação** resultante da licitação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta mediante índices oficiais.

Como se vê, não há razão para alteração do item em análise, uma vez que dispõe exatamente sobre aquilo que o impugnante almeja, em estrita consonância com a legislação: a alternatividade na comprovação da capacidade econômico-financeira. Sendo assim, nada a prover.

**3.3 Do pagamento via nota fiscal com código de barras.**

A impugnante argumenta que o item 18.1 do Termo de Referência é silente quanto a aspectos relevantes do pagamento. Afirma que o “procedimento de pagamento adotado relativamente aos serviços de telecomunicações se dá mediante apresentação de fatura (nota fiscal com código de barras), ou mediante SIAFI nos casos de órgãos vinculados à Administração Pública Federal”, visto que tal sistema reduz a inadimplência, sendo mais vantajoso à empresa prestadora e ao cliente final.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

Pugna pela adequação do instrumento convocatório “à realidade do setor de telecomunicações”, com a alteração do item em comento, a fim de permitir que o pagamento seja realizado mediante autenticação de código de barras.

Razão assiste ao impugnante, ao afirmar a eficiência do método de comunicação via nota fiscal com código de barras. Todavia, não há que se falar em alteração do edital, tendo em vista a manifestação da área competente da Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas:

Quanto ao item 3 da impugnação apresentada pela Oi Telemar relativa ao item 18.1 do Edital, esclarecemos que a apresentação de fatura com códigos de barra, por concessionárias de serviço público, não gera entraves ao pagamento feito por este Tribunal via SIAFI. Esse é inclusive o documento fiscal adotado pelas empresas já contratadas para execução de objetos semelhantes ao do Edital ora impugnado (...)

Emite-se uma ordem bancária em favor da contratada, na qual consta o número de lista fatura, relativa à leitura do código de barras no SIAFI. ‘O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital’. A redação do Edital em questão menciona de forma genérica “Nota Fiscal ou Fatura”, sem, contudo, vedar que a fatura seja com código de barras. Desse modo, entende-se que não há impedimentos de ordem operacional no SIAFI de pagamento de fatura com código de barras. Tampouco o Edital parece impedir a apresentação desse tipo de fatura pela contratada.

Da forma estipulada, o edital está compatível com o pedido do impugnante, não havendo que se falar na alteração do instrumento convocatório, neste ponto.

### **3.4 Da apresentação de certidões mensalmente.**

A impugnante assevera que a estipulação editalícia de apresentação mensal de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, notadamente as que tenham validade maior que 30 dias, não coaduna com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, pugnano pela supressão da exigência na frequência mensal do instrumento convocatório.

A este respeito, manifestou a Assessoria de Licitações e Contratos que a insurgência não merece acolhida, pelas razões expostas:

Conforme menciona a Licitante, a regra se encontra explicitada na Cláusula Décima, Parágrafo Quinto da minuta contratual que integra o Anexo IV do Edital do PE n. 32/2021:

Parágrafo Quinto: Quando da emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Pagamento, serão verificados os documentos



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

comprobatórios de situação regular para com a Receita Federal por meio de Certidão Unificada (Portaria MF 358/2014), FGTS, Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, bem como para com o CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais). Nesta oportunidade também será verificada a situação cadastral junto ao SICAF e ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CNJ/CGU), ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa) e ao TCU (Lista de Inidôneos do TCU). Se algum desses documentos estiver com a validade expirada, a CONTRATADA será notificada para regularizar a documentação, ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato. (destacamos)

Nos termos literais da norma acima disposta, infere-se que não há nenhuma obrigatoriedade de reemissão e/ou reapresentação das certidões habilitatórias a cada mês, mas o estabelecimento de que as condições de habilitação impostas no instrumento convocatório serão verificadas no momento da emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Pagamento (o que quer dizer que se conferirá a manutenção da situação de regularidade a cada pedido ou pagamento).

Por óbvio, não se imporá à futura contratada a emissão de novos documentos a cada mês de faturamento. A Administração averiguará, pelos meios oficiais e constantes do processo administrativo, a existência de certidões válidas que atestem a regular situação fiscal e trabalhista da empresa contratada, sempre que for efetuar nova contratação do objeto ou pagar pelos serviços prestados.

A norma contratual deixa claro, ainda, que tão somente quando constatada a expiração da validade de um desses documentos (o que levaria à potencial configuração da situação de irregularidade da empresa), a eventual contratada será notificada para, então, apresentar a documentação válida e que ateste a regularidade das condições habilitatórias ou indicar qualquer fato impeditivo do cumprimento da obrigação.

Ademais, o próprio Edital traz em seu item 7 (Habilitação), subitem 7.7 as menções às disposições legais que subsidiam as exigências de cada um dos documentos necessários ao cumprimento das condições de habilitação fiscal e trabalhista:

7.7. A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.7.2. Prova de regularidade para com a Receita Federal, demonstrada por meio de Certidão Unificada, nos termos da Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014 (tributos federais, contribuições previdenciárias e dívida ativa da União);

7.7.3. Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, conforme determina o artigo 27, letra "a", da Lei n.º 8.036, de 11/05/1990;



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

7.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa (CNDT), nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho e conforme a Lei n.º 12.440/2011.

7.7.5. Serão verificados, ainda, durante a fase de habilitação, conforme determinação constante no Acórdão 1.793/2011 TCU – Plenário:

7.7.5.1. No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (disponível no portal da transparência - <http://www.portaldatransparencia.gov.br>) - a existência de registros impeditivos à contratação;

7.7.5.2. No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no portal do CNJ - a existência de registros impeditivos à contratação por improbidade administrativa.

7.7.5.3. No Sistema de Inabilitados e Inidôneos do TCU – a existência de registros impeditivos à contratação. (sublinhamos).

Isso posto, não prosperam os argumentos insurretos apresentados, razão pela qual se recomenda o não acolhimento da impugnação no aspecto.

É de se registrar que a própria licitante reconhece a imprescindibilidade da manutenção da regularidade fiscal durante o contrato, ao afirmar que “é de suma importância observar que não está se discutindo aqui a necessidade da manutenção dos requisitos de habilitação durante toda a execução do contrato. Tal fato é inquestionável”, estando correta no seu posicionamento e plenamente de acordo com o disposto no edital.

Por esses motivos, o edital não merece reparos.

### 3.5 Das penalidades excessivas.

A impugnante alega que são excessivas as multas por inexecução parcial do contrato, estabelecidas nos itens 16.3.2 e 16.3.3 do Termo de Referência, de 10% e 15%, respectivamente, gerando para a Contratada gravames flagrantemente desproporcionais à gravidade dos fatos ensejadores. Ao final, requer a adequação dos itens em comento, para que as multas observem o limite de 10% sobre o valor do contrato.

Uma vez mais, não assiste razão à impugnante.

Como bem explanado pela Secretaria de Gestão Predial, em seu parecer, os percentuais das penalidades utilizados neste Regional em seus contratos são fixados em **até 10%** ou **até 15%**, em escala conforme entendimento técnico e dosimetria de penalidades aplicada pela equipe de fiscalização da execução contratual.

Não é outra a diretriz estabelecida na minuta contratual:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES:**

Garantida ampla e prévia defesa, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste instrumento, que são:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

(...)

**b.** Multa por execução contratual parcial **de até 10%** (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato estimado, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias;

**c.** Multa por execução contratual parcial **de até 15%** (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual;

(...)

Grifos acrescidos.

Nesses termos, nada a prover.

**3.6 Da base de cálculo das multas em caso de inexecução parcial do contrato.**

A impugnante insurge-se contra a estipulação, no item 16.3.2 do Termo de Referência e na Cláusula Décima Quinta, “b” da Minuta do Contrato, do percentual de 10% de multa, por inexecução parcial do contrato. Alega não ser razoável que a base de cálculo da penalidade abranja o valor integral do contrato, pugnando para que incida apenas sobre o valor da parcela ou do serviço em atraso.

Dispõe alínea “b” da já citada Cláusula Décima Quinta da minuta contratual:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES:**

Garantida ampla e prévia defesa, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste instrumento, que são:

(...)

**b.** Multa por execução contratual parcial **de até 10%** (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato estimado, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias;

(...)

Grifos acrescidos.

Segundo opinou a área demandante, acerca da matéria, não é possível estabelecer-se como base de cálculo apenas a parcela em atraso. Isso porque, conforme manifestação em parecer técnico:

As assinaturas individuais, apesar de terem um valor relativamente baixo (nos casos das linhas analógicas), são de extrema importância para a continuidade da prestação jurisdicional deste Regional. Dessa forma, a ausência/ineficiência da CONTRATADA na prestação do serviço, acarreta danos a este Regional muito superiores ao simples valor da assinatura do serviço. A base de aplicação de multa segue, em proporcionalidade, os potenciais danos que este Regional possa ter com a prestação jurisdicional decorrentes da ineficiência da CONTRATADA na prestação do serviço.



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Ademais, é de se repisar que o percentual não está fixado em 10%, mas em "até" 10% (item 16.3.2 do Termo de Referência), com dosimetria avaliada, como dito, pela equipe de fiscalização contratual sendo, portanto, irretocável o edital, também neste ponto.

### 3.7 Dos itens técnicos.

#### 3.7.1 Da mudança de endereço.

A impugnante apresenta a seguinte alegação:

Os valores apresentados são formulados através de análise de viabilidade técnica referente aos endereços apresentados na especificação técnica do Termo de Referência. Desta forma é feita uma análise do POP da operadora que irá atender essa localidade, assim como da necessidade de eventuais obras de acesso para a entrega o serviço nesse endereço.

Porém o edital prevê mudança de endereços, porém sem informar onde poderá ser esse eventual endereço, desta forma não sendo possível uma análise prévia do possível custo de implementação, sendo assim não possibilitando uma análise financeira do projeto, ou seja, dependendo do local da mudança de endereço poderá ocasionar um desequilíbrio financeiro no projeto.

Desta forma solicitamos que seja incluído o seguinte item para mudança de endereço: **“A partir da formalização da solicitação de mudança de endereço, a CONTRATADA terá 05 (cinco) dias úteis para resposta quanto a viabilidade técnica para atendimento da solicitação. Não havendo viabilidade técnica, não haverá multa ou penalidades para a CONTRATADA”.**

Ao final, questiona sobre a possibilidade de ser acatada a solicitação.

Em parecer opinativo, a Secretaria de Gestão Predial manifestou-se desfavoravelmente ao pleito da impugnante, esclarecendo que “as localidades e endereços atualmente atendidos pelo TRT estão listados no Termo de Referência. Possíveis mudanças de endereços, se ocorrerem, só são passíveis de serem divulgadas no momento de sua formalização, caso concretizadas estas **exceções**, e sempre serão comunicadas com bastante antecedência para a Contratada. Mudanças de endereços são exceções no Tribunal”.

Por esse motivo, não se vislumbra necessidade de alteração do instrumento convocatório.

#### 3.7.1 Do 0800 ilimitado.

A respeito do custo das ligações por cobrança reversa (0800), a impugnante faz o seguinte questionamento, pugnando pelo acolhimento da solicitação apresentada:





## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

A solução de 0800 possui como característica a cobrança reversa das chamadas, ou seja, o usuário destino que paga a chamada realizada pelo usuário de origem. Na solução solicitada de 0800 com abrangência nacional, ou seja, qualquer número seja fixo ou móvel poderá realizar ligação para esse 0800, para cada ligação a ser realizada existe um custo por parte da CONTRATADA para que essa chamada seja encaminhada pela sua rede até o atendimento do usuário destino, ainda existindo também o custo de manutenção e operação do número 0800. Com a solução solicitada de 0800 ilimitado onde será cobrado apenas a assinatura do serviço, todos os custos descritos acima devem estar contemplados no valor da assinatura, contudo a CONTRATANTE limita a assinatura a um valor máximo de R\$ 93,26 o que torna inexecutível atender a demanda com esse valor de assinatura. Considerando que o 0800 possui em sua maior parte um custo variável que depende da quantidade de ligações que o mesmo irá receber, assim como o tipo de terminal de origem e a localidade, solicitamos que seja incluído itens de cobrança referente ao tráfego do 0800 com os seguintes itens: 1 – Ligação origem Fixo Local, 2 – Ligação origem Móvel Local, 3 – Ligação origem Fixo Longa Distância Nacional e 4 – ligação origem Móvel Longa Distância Nacional.

Instada a se manifestar, a Secretaria de Gestão Predial informou que “a contratação deste Regional visa o pagamento de valor fixo por determinado serviço, independente do tráfego de ligações. Sendo assim, não serão faturadas de forma individualizada o tráfego de ligações do serviço 0800. Encaminhamos o histórico do tráfego de ligações, em minutos mensais, via serviço 0800 deste Regional. Serviço com tráfego **muito baixo**.”

Deste modo, não há que se falar na alteração do edital, no que concerne à individualização das ligações por 0800.

### 4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, resolve a Pregoeira receber e conhecer da impugnação oferecida por OI MÓVEL S.A., em Recuperação Judicial, por tempestiva e, no mérito, desprovê-la, de acordo com a fundamentação supra, considerando-se, ainda, os termos dos pareceres emitidos pelas unidades consultadas, os quais adota em sua integralidade, fazendo parte deste *decisum*.

Mantida a data de abertura do certame.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2021.

**Sheyla de Campos Mendes**  
Pregoeira